

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

O TEMPO DAS ALTERNATIVAS

editorial

Agora ou nunca

Exasperado com a inoperância do governo, o Homem anunciou à imprensa da nação: não podemos continuar a marcar Passos! À Coelho, saltemos!

O espectáculo que Passos já não suporta: então a burguesia, a direita, tem uma maioria constitucional, pela primeira vez desde há cinquenta anos; então Trump varre o mundo a ferro e fogo; querem melhor ocasião para acabar definitivamente com o legado da revolução portuguesa, para emascular sindicatos e greves, para privatizar com abandono ensino, saúde e tudo o mais!? E enquanto isso, Montenegro, Ventura e IL só se afundam em casos, tricas e crises?! E deixam o tipo do PS ganhar a presidência?! Não conseguem sair da cepa torta!?

Para Passos Coelho, a prova do algodão é o pacote laboral — e compreende-se porquê. Proferiu, mal ressurrecto: ou o governo passa o

Submissão ou morte

Entretanto, no Irão, as manobras são de Donald Trump, o homem que, segundo Donald Trump, é o artista do *deal*: tudo se resolve com um toma-lá-dá-cá (que é um dá-cá-dá-cá). Trump oferece ao mundo, nas imorredoiras palavras do padrinho Corleone, o *deal* definitivo “*que o mundo não pode recusar*”: submeter-se; ou morrer.

Do fino verniz do putativo “direito internacional”, da chatice de enviar um ministro apresentar à ONU slides laboriosamente fabricados de “armas de destruição maciça”, não ficam nem os vapores de aguarrás.

Semanas depois de raptar o presidente Maduro da Venezuela e intimidar a vice-presidente à submissão, Trump mandou assassinar o chefe político e religioso da teocracia iraniana, Khamenei, e pôr o Irão a ferro e fogo por insuficiente submissão. Enquanto isso, anunciava que faria um “deal” com algum aiatolá dis-

continua na página 3

O Projecto Totalitário de Trump para a Europa e o Mundo

Centrais

política

Eleições presidenciais: QUE LIÇÕES DAS PRESIDENCIAIS?

Pág. 3

luta de classes

O GOVERNO DESTROÍ

Pág. 4

Contra o Pacote Laboral Lutar na Unidade Total

Pág. 5

internacional

Estados Unidos

O dia em que a classe trabalhadora obrigou Trump a recuar

Pág. 8

Palestina

O Plano para Gaza do “Conselho de Paz” de Trump

Pág. 9

Guerra na Ucrânia

Quatro anos de massacre imperialista

Pág. 11

Contacta a pPT para a.internacional.pt@gmail.com. Apoia financeiramente a luta por um partido dos trabalhadores, contribuindo para a conta (PT50) 0193 0000 1050 8893 1378 6. Visita o site <https://ainternacional.pt/>.



Que lições das presidenciais?

1) A burguesia portuguesa ainda não está disposta a "ir ao dentista"

A grande maioria dos dirigentes políticos da burguesia portuguesa apelou a votar António Seguro na segunda volta. Mais importante: Ventura só conseguiu acrescentar cerca de 400 mil votos ao seu resultado da primeira volta, apesar de os três candidatos de direita derrotados (Co-trim, Gouveia e Melo e Marques Mendes) terem somado mais de 2,3 milhões.

Leon Trotsky escreveu em 1926^[1] que *"a grande burguesia gosta tanto do fascismo como uma pessoa com um abcesso gosta de ir arrancar dentes"*.

Claramente, a burguesia portuguesa prefere, para já, ir tratando da sua dor de dentes com analgésicos. Ainda não vê chegada a hora de se sujeitar à broca do barbeiro-dentista Ventura.

2) A "imprensa de referência" continua a mentir sem vergonha quando fala de resultados eleitorais

O editorialista do *Público* de 9 de Fevereiro escreve que *"Seguro teve mais do dobro dos votos de André Ventura, dois terços dos eleitores."* Ora, o número de eleitores (território nacional) foi, segundo os números oficiais, 9.189.875. O resultado de Seguro foi de 3.443.273 votos. Tem de se admitir que os jornalistas do *Público* e os comentadores sortidos que repetem a mesma asneira

aprenderam as quatro operações da aritmética. Sabem, portanto, que votaram em Seguro aproximadamente 37,5% dos eleitores, ou pouco mais de um cada três. E votaram em Ventura aproximadamente 18,4% dos eleitores, pouco mais de um cada seis.

3) Montenegro está politicamente mais "spinumorto" que vivo e ficou refém de Ventura desde que este destroçou o seu candidato Marques Mendes

Não obstante, irá continuar a aplicar a sua política de destruição do SNS e da escola pública, de destruição dos direitos laborais, de fomento dos senhorios e de despejo dos trabalhadores, agora debaixo da asa do analgésico António Seguro, que já lhe deu as devidas garantias.

Porém, apertado pela pressão orçamental e pelas imposições militares da UE/NATO, enfraquecido eleitoralmente e confrontado com a resistência das classes trabalhadoras, não é certo que Montenegro tenha grande êxito.

A burguesia ainda não descartou recorrer ao barbeiro-dentista.

Aos trabalhadores cabe poupar-lhe a viagem. Para já, preparando de novo a greve geral para derrotar de vez o pacote laboral.

^[1] Na reunião da comissão polaca do Comité Executivo do Komintern de 2 de Julho de 1926, à luz dos acontecimentos na Polónia, citado na brochura *"A Única Via"*, 1932.

editorial

continuação da página 1

Agora OU nunca

pacote, ou (para parafrasear Montenegro) não consegue, infelizmente, evitar a morte.

Se assim for, resta-nos o Passos retornado. O salvador que porá o país nos eixos, alinhando à sua ilharga direita, qual perdigueiro amestrado, Ventura, e aos seu pés, qual trombeta afinada, a IL.

Enquanto decorrem estas manobras do capital nacional arriado às cavalitas de Trump e dos seus tapetes europeus, o obstáculo que os detém e atrapalha é a classe trabalhadora organizada.



E esta mostrou, no passado mês de Dezembro, que pode resistir e contra-atacar. Para isso, precisa, sobretudo, de uma condição: a unidade.

A poderosa greve geral de 11 de Dezembro, convocada pelas duas centrais sindicais, e a grande manifestação nacional que a acompanhou puseram à vista de todos esta verdade simples: basta um sinal, mínimo que seja, de que os dirigentes não nos vão dividir e enfraquecer, para os trabalhadores e a juventude se animarem a entrar em luta e a sair à rua em massa, confiantes no imenso poder do seu número.

Porém, a unidade não é a especialidade das direcções sindicais, da CGTP como da UGT. Preferem-lhe os queixumes sobre a “desmobilização” e “desmoralização” das massas.

Desde o dia 11 de Dezembro, voltaram o silêncio e a divisão nas cúpulas.

A UGT reafirmou a sua disposição em negociar com o governo — fazendo por esquecer que dissera, e bem, que negociar só depois de retirado o pacote.

A CGTP denunciou a UGT por negociar — embora lamentando que o governo a deixasse de fora das negociações! E convocou as manifestações de 28 de Janeiro como sempre: só ela.

A luta pela unidade e contra o sectarismo e o divisionismo que desenrolam o tapete à derrota mantém-se, do lado dos trabalhadores, como o grande desafio, depois de, na greve geral, terem provado o doce sabor da sua verdadeira força.

Submissão OU morte

posto a submeter-se-lhe. Se a alguém passou pela cabeça que estivesse em causa a “libertação” do povo iraniano, que se tem revoltado vezes sem conta contra a ditadura teocrática, fique sabendo...

Enquanto vai apertando o cerco ao país, a China, que está no fulcro da mira da “estratégia de segurança nacional” americana, o imperialismo vai devastando os países tidos como “aliados” da China e espalhando o caos pelo mundo, que sátrapas e xerifes seus ficam a administrar, o primeiro de todos, Netanyahu.

O preço da insubmissão à vontade da administração mafio-nazi do imperialismo apodrecido já não é só que o país infractor fica sujeito à guerra; é a imediata eliminação física dos dirigentes “insubmissos”, para os outros ficarem a saber.

Internamente aos EUA, o método é o mesmo. A milícia mascarada de Trump, o ICE, mata a sangue frio, impune, cidadãos que se opõem às rusgas contra os imigrantes.

O efeito procurado é a intimidação universal pelo terror. Submetes-te, ou morres.

A dupla Trump-Netanyahu inaugurou a era do terrorismo de Estado.

Os chefes de Portugal nada têm a recear. Trump usou as Lajes para a sua guerra sem dar cavaco a Montenegro, que, sem saber ler nem escrever, declarou guerra ao Irão e tornou Portugal alvo legítimo de retaliação. Não deu cavaco ao povo nem às “instituições”. Quando algo se soube, mandou o Rangel sibilar mentiras pueris para as TVs.

É cada vez mais pungente o fedor da putrefacção do capitalismo mundial, deste regime da exploração assente na propriedade privada dos meios de produção, na guerra e na destruição da humanidade.



**É preciso correr com esta gente.
É preciso acabar com este sistema monstruoso.**

Luta de classes

O GOVERNO DESTRÓI



A brigada de destruição do SNS

É hoje impossível ignorar que o problema da política de saúde do governo Montenegro não é a “incompetência” da ministra da saúde, cuja cabeça muitos, à esquerda, insistem em pedir. A marcha implacável para a tarefeirização dos médicos e dos enfermeiros, para a privatização das unidades de saúde, para a restauração das PPPs hospitalares, para a multiplicação dos hospitais privados e dos seguros de saúde privados não é sinal de incompetência, mas da manobra consequente e implacável de uma bola de demolição da SNS.



Os doentes que esperam dezenas de horas nas urgências, as grávidas que dão à luz em ambulâncias ou à beira da estrada são os meros “danos colaterais”, as “externalidades” desta operação.

A mais recente passagem da bola demolidora foi um aviso, nº 3864/2026/2, discretamente publicado no DR em Fevereiro, que se destina a passar, potencialmente, toda a fisioterapia de reabilitação, inclusive de doenças graves, para um sistema de “tele-reabilitação por inteligência artificial”, a convencionar com empresas privadas fornecedoras dos respectivos sistemas!

A ministra é a competentíssima chefe da brigada de destruição do SNS, não uma guardadora incompetente do SNS.

Toma forma a brigada de destruição do ensino público

No final do Verão passado, o governo Montenegro/Fernando Alexandre procedeu discretamente a uma série de medidas para o ensino de vasto alcance, espalhadas por vários diplomas, resoluções, portarias e decretos-lei.

O novo dispositivo é o equivalente, para o domínio do ensino público em Portugal, à lenta acumulação de tropas e navios de guerra no golfo Pérsico que Trump ordenou antes do ataque.

Tal como o objectivo de Trump não era mandar os seus marinheiros e aviadores apanhar sol e desenferujar as pernas enquanto os seus enviados negociavam com o regime dos ai-

atolás (era preparar a guerra para destruir o último reduto de potencial resistência ao poder absoluto do seu kapo sangui-nolento, Netanyahu, no Médio Oriente), também o objectivo do ministro Alexandre não é “reorganizar” o ministério e negociar cordatadamente com os professores o estatuto da carreira docente.

Tal como o objectivo da ministra Ramalho não é alterar umas alíneas ao código laboral e concertá-las bem concertadinhas com patrões, sindicatos e trabalhadores; e como o objectivo da ministra Amaral não é fazer umas mexidas e reestruturações no SNS e negociar as condições de trabalho de médicos, enfermeiros e pessoal hospitalar.

O objectivo do governo é o mesmo em toda a parte: destruir a carreira docente integrada na função pública e desmantelar o ensino público gratuito e universal; destruir os direitos e garantias dos trabalhadores e o papel dos sindicatos, acabando, nomeadamente, com o direito à greve; e desmantelar e privatizar o SNS.

Todos estes planos de batalha semiclandestinos do governo têm sido desmontados e denunciados em pormenor pelo jornal *Maio*, com o qual *O Trabalho* colabora, e, no caso do ensino, as suas subtilezas jurídicas postas a nu em vários artigos e declarações de Antónia Marques ⁽¹⁾ e António Garcia Pereira ⁽²⁾.

No caso do ensino, os principais sindicatos começaram, por fim, a compreender o que está em jogo. Um protesto do STOP frente ao ministério onde iriam decorrer as “negociações” entre ministério e sindicatos, levou o ministro a excluir os seus dirigentes da negociação enquanto estivessem a “fazer barulho”. Perante tal prepotência, a FENPROF acabou por se retirar também da mesa negocial.

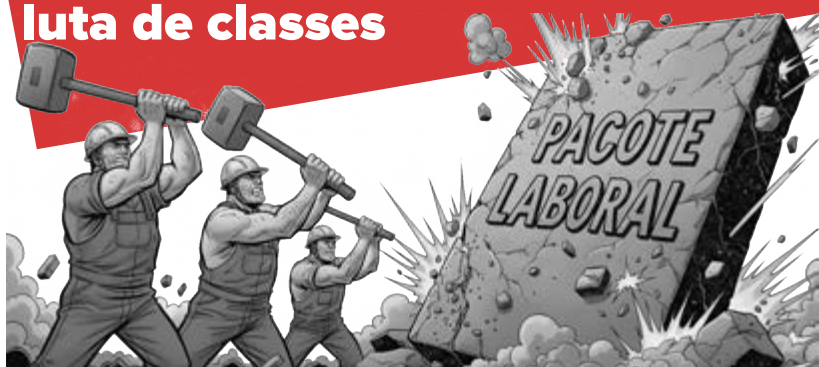
Os professores foram os agentes de algumas das mais famosas manifestações e greves de resistência dos últimos anos. Para esta batalha, que o governo quer final, e é, na verdade, existencial para docentes e ensino público, é necessária de novo a sua mobilização maciça à escala nacional.

(1) <https://jornalmaio.org/governo-ad-decide-professores-deixarao-de-ser-funcionarios-publicos/>.

(2) Nomeadamente: <https://jornalmaio.org/precizar-professores-o-ataque-do-governo-montenegro-a-escola-publica/>; <https://jornalmaio.org/professores-primeiro-o-silencio-depois-a-contra-informacao/>



Luta de classes



CONTRA O PACOTE LABORAL

LUTAR NA UNIDADE TOTAL

Motoristas:

aplicação de mansinho do pior do pacote laboral ainda não aprovado



Um dos elementos centrais do pacote laboral da ministra Ramalho é o desmantelamento do horário de trabalho. Em vez do objectivo das 35h levantado pelos sindicatos, pretende-se abrir caminho à normalização de até 50 horas semanais, pagas a singelo.

O contrato colectivo dos motoristas é um terreno de ensaio do pacote ainda por aprovar. Um comunicado conjunto dos sindicatos SIMM, SNMOT, SIMMPER e STRUN do passado dia 6 de Fevereiro rejeitava a declaração patronal (da ANTRAM) de que o contrato já estaria negociado — quando foi assinado unicamente pela FECTRANS e rejeitado por todos os outros sindicatos.

O comunicado denuncia como o “novo contrato” passaria a contabilizar como “período normal” de trabalho os limites máximos de trabalho previstos na lei (que deveriam incluir trabalho suplementar), podendo a média de 48 horas ser ultrapassada, por exemplo, pela contabilização de semanas de férias a zero — além de as pausas obrigatórias e “tempos de disponibilidade” não contarem para essas 48 horas, abrindo caminho a horários de trabalho quase ilimitados.

Em contraproposta conjunta à ANTRAM e à ANTP, os quatro sindicatos exigem o respeito pelos limites máximos de tempo de trabalho e a revisão das ajudas de custo e despesas, que consideram insuficientes face ao aumento do custo de vida e alertam que recorrerão a formas de luta mais exigentes, se necessário, para proteger a integridade física, psíquica e a dignidade profissional dos motoristas.

**Plataforma Unitária de Sindicatos****CONTRA O PACOTE LABORAL**

Passados dois meses da histórica Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025, a ameaça de um retrocesso profundo nos direitos dos trabalhadores, inscrita no Pacote Laboral, continua presente.

A força de Dezembro nasceu da unidade: as centrais sindicais, os sindicatos independentes, os movimentos sociais e a juventude marcharam juntos, sem barreiras nem sectarismos. No entanto, o Governo e a Ministra do Trabalho mantêm a intenção de impor este pacote, seja via Concertação Social, seja por via parlamentar.

Enquanto a UGT apresentou recentemente propostas de alteração, o Governo reafirma as suas “traves-mestras” como inegociáveis. Por outro lado, a resolução da CGTP de 22 de Janeiro, embora reafirme a vontade de derrotar o projeto, é omissa quanto à continuidade da unidade sindical e ao recurso a uma nova Greve Geral. Paralelamente, os candidatos à Presidência da República não deram garantias de travar estas medidas.

As Direções Sindicais e Comissões de Trabalhadores signatárias deste apelo afirmam: a prioridade absoluta é a retirada do Pacote Laboral. Só então haverá algo que negociar.

Para o conseguir, propomos:

- **Mobilização nos locais de trabalho:** Realização de plenários conjuntos para aprovar resoluções de rejeição e exigir uma nova Greve Geral unitária caso o Governo não recue.
- **Unidade Total:** Exigir que as centrais sindicais e os sindicatos independentes se empenhem incondicionalmente na unidade de todos os trabalhadores — sindicalizados ou não — e na convocação de uma nova Greve Geral, ainda mais incisiva, se necessário.

9 de Fevereiro de 2026

**Pela unidade
e pelos direitos de quem trabalha!**

O Projecto Totalitário de Trump para a Europa e o Mundo

A publicação da “estratégia de segurança nacional” (NSS) dos Estados Unidos em Novembro passado suscitou fortes emoções e reacções, principalmente na Europa institucional.

O documento regista, com efeito, o “declínio económico da Europa”.

Mais notável, no entanto, é ele considerar que esse declínio económico é “eclipsado” pela “perspectiva de obliteração da civilização” europeia a que as políticas dos dirigentes do continente levam — tornando “mais do que plausível” que, daqui a vinte anos, a Europa deixe de ser “europeia”. Subentende-se sem dificuldade: a “raça branca” europeia irá ser superada por “raças” africanas, árabes e asiáticas, inimigas da América branca.

A NSS reflecte, assim, sem pudor a propaganda nazi sobre a “substituição populacional” na Europa: é tudo menos velado o apoio prometido aos partidos neofascistas (“patriotas”) europeus: aos Meloni, Orban, Chega, Vox, AfD, RN...

Não obstante, não podia ser mais absurda a conclusão dalguns assustados comentadores europeus — e portugueses⁽¹⁾ — de que a estratégia trumpiana designa a “Europa” como “inimigo principal” do império americano.

Em quase toda a extensão do documento, a administração Trump dedica-se a descrever como combater e atacar a China — apesar de a palavra ser pouco usada no documento⁽²⁾.

Assim, se a primeira prioridade da estratégia americana (o que queremos nós do mundo?) é o controle absoluto dos Estados Unidos sobre o “hemisfério ocidental”⁽³⁾, não se deixam dúvidas sobre o que está em disputa.

Essencialmente, trata-se de manter o hemisfério “livre das incursões hostis e da propriedade de activos essenciais” por “externos” (leia-se: pela China) e de manter o acesso dos EUA “a localizações estratégicas essenciais” (leia-se: expulsando, por exemplo, a empresa de Hong Kong proprietária dos portos do canal do Panamá e impedindo a entrada de capitais chineses no aço e nas “tecnológicas” americanas); “deter e reverter o mal que actores externos têm infligido à economia americana, mantendo, do mesmo passo, o Indo-Pacífico [não exactamente “hemisfério ocidental”!...] livre e aberto, salvaguardando a liberdade de navegação em todas as rotas marítimas críticas e mantendo cadeias de abastecimento seguras e fiáveis, bem como o acesso a materiais críticos” (leia-se: manter o controle naval do canal do Suez, dos estreitos de Ormuz e de Malaca, do Mar da China Meridional e das novas rotas do Ártico e o acesso às terras raras chinesas. Hemisfério ocidental?..)

A maneira de assegurar tais desígnios é indicada sem subterfúgios diplomáticos: “queremos recrutar, treinar, equipar e pôr no terreno o exército mais poderoso, letal e tecnologicamente

avançado do mundo para proteger os nossos interesses, deter guerras e — se necessário — ganhá-las rápida e decisivamente, com o mínimo de baixas das nossas forças”. Além, naturalmente, do “dissuasor nuclear mais robusto, credível e moderno do mundo, bem como defesas antimísseis de novíssima geração — incluindo uma Abóbada Dourada sobre a América — que protejam o povo americano, o património americano no estrangeiro e os aliados da América.”

Falando directamente da China, a “estratégia de segurança nacional” refere que Trump reverteu mais de 3 décadas de suposições erradas a respeito daquele país, a saber, que a abertura de mercados à China, os incentivos ao investimento americano na China e à deslocalização industrial para a China levariam à integração daquele país na “chamada ordem internacional assente em regras” (ordem mundial ao serviço dos interesses americanos) — coisa que “não aconteceu”.

Daí a necessidade de “reequilibrar a relação económica da América com a China”: acabando com “estratégias industriais e subsídios estatais predatórios; práticas comerciais injustas; a destruição de empregos e a desindustrialização; o roubo de propriedade industrial e a espionagem industrial em grande escala; ameaças às nossas cadeias de abastecimento que ponham em risco o acesso dos EUA a recursos críticos, designadamente minerais e terras raras; (...) propaganda, operações de influência e outras formas de subversão cultural”. Exige-se, para tal fim, o concurso da “Europa, do Japão, da Coreia, da Austrália, do Canadá, do México e de outras nações importantes”.



Corresponda ou não à prática do Estado chinês esta descrição, ela corresponde sem sombra de dúvida à caracterização que dela têm feito as administrações americanas.

Trata-se, portanto, sem equívoco, de acabar com o Estado chinês na sua forma actual por meio de uma estratégia política, comercial e militar que lembra fatalmente o cerco à União Soviética e o avanço inexorável da NATO sobre as fronteiras da URSS (e, depois, da Rússia) que caracterizaram a política americana pelo menos desde Reagan.

Todo o capítulo sobre a “dissuasão de ameaças militares” é dedicado à preparação do con-



O documento de “Estratégia de Defesa Nacional” dos Estados Unidos, publicado a 5 de Dezembro, define as prioridades da administração Trump para a Europa e para o mundo. É um projecto de ordem totalitária concebido para garantir o triunfo exclusivo dos interesses do capital financeiro norte-americano. Mas a administração Trump — em plena crise — só pode impor esta “ordem nova” afrontando a classe trabalhadora europeia e as suas instituições próprias, que são o verdadeiro conteúdo da democracia política e social.

fronto político-militar com a China: “uma relação de forças militar convencional favorável continua a ser uma componente essencial da competição estratégica. O foco está muito, e bem, em Taiwan, em parte por esse país dominar a produção de semicondutores, mas, sobretudo, porque Taiwan dá acesso directo à Segunda Cadeia Insular [as ilhas onde os EUA detêm colónias e bases militares importantes situadas a oriente do Japão e doutras ilhas mais próximas do continente chinês], dividindo a Ásia em dois teatros [militares] distintos, Nordeste e Sudeste. O facto de dois terços do transporte marítimo passarem pelo Mar da China Meridional tem implicações de primeira ordem para a economia americana. Deter um conflito por Taiwan, de preferência mantendo a nossa superioridade militar, é, pois, uma prioridade. (...) Poremos de pé uma força militar capaz de impedir agressões em qualquer ponto da Primeira Cadeia Insular. Contudo, as forças armadas americanas não podem nem devem ter de fazê-lo sozinhas. Os nossos aliados [Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Nova Zelândia] têm de responder presente e gastar —



e, ainda mais importante, fazer — muito mais pela defesa colectiva. (...) É imperioso desenvolver as medidas de força e dissuasão necessárias para manter essas rotas abertas, livres de “portagens” e não sujeitas a encerramento arbitrário por algum país.”

Pese aos comentadores que estranham a linguagem aparentemente menos hostil à China (e à Rússia) do que a usada na doutrina da primeira administração Trump, a NSS 2025 é transparente nas suas prioridades — e no número de páginas dedicado a cada “região”:

— acabar com a actual economia e Estado chinês, ainda predominantemente assente na

propriedade estatal dos meios de produção;

— acabar com a guerra “lateral” da NATO com a Rússia pela Ucrânia, agora que a Rússia já está significativamente desgastada; ou então deixá-la supurar, mas exclusivamente à custa dos orçamentos e das economias dos imperialismos europeus e para lucro da indústria armamentista americana;

— promover um surto sem precedentes da economia do armamento e cavar a superioridade das forças armadas americanas, transferindo, de passagem, maciçamente lucros para o capital americano a prejuízo dos concorrentes menores, europeus e não só;

— no Médio Oriente, apoiar sem reservas os regimes feudais e Israel, acabando com quaisquer fantasias de “democratização”.

— explorar sem limites os recursos dos países do “terceiro mundo”, acabando com as fantasias da “ajuda ao desenvolvimento”.

Este é o mundo que os EUA de Trump (e os seus caninos aliados) prometem ao mundo. Um mundo de guerra: comercial, económica, política — e militar sempre que necessário. Um mundo de ditaduras e de destruição da democracia.

Todos os poderosos do mundo rastejam e capitulam, uns atrás dos outros.

A única oposição aos bárbaros desígnios do imperialismo é a que lhes montem as classes trabalhadoras: da América, da Europa, da Ásia e do mundo.

⁽¹⁾ Por exemplo, no Expresso de 12 de Dezembro, Miguel Monjardino escreve que “o principal adversário dos EUA em todo o documento parece ser a União Europeia, vista agora em Washington como um projecto das elites liberais e internacionalistas que se opõe aos seus valores políticos e interesses tecnológicos e comerciais.”

⁽²⁾ A razão principal da aparência algo fantasmática do alvo chinês é dupla, como refere *The Economist* (26/12/25): a cimeira Trump-Xi Jinping de Abril de 2026, que os negociadores americanos estão a preparar intensamente, querendo evitar interferências diplomáticas até lá; e batalhas intestinas na administração americana, entre vários interesses que se cruzam.

⁽³⁾ Na definição da NSS, hemisfério ocidental parece referir-se principalmente às Américas, de Norte a Sul. No entanto, tradicionalmente, também inclui a Europa Ocidental. O documento deixa ambiguidade a este respeito, tratando a Europa à parte.

Gaza:

Um “Conselho da Paz” composto por multimilionários, mafiosos e assassinos

A primeira fase do “cessar-fogo” de Trump em Gaza termina ao fim de cem dias. Nesse período, o exército israelita assassinou mais de 400 palestinianos.

A “segunda fase” foi anunciada pelo enviado especial de Trump, Witkoff. Supõe-se incluir “o desarmamento do Hamas” e “o envio de uma força multinacional” — anunciando uma nova onda de violência contra os dois milhões de palestinianos sobreviventes do genocídio.

A segunda fase da tutela de Gaza há-de ficar sob a égide de três organismos.

O principal deles é o “Conselho da Paz”, presidido por Trump, cuja missão será “orientar a reconstrução de Gaza e coordenar o seu financiamento”. Compõe-no gente próxima de Trump: o genro, Kushner, o enviado, Witkoff (ambos magnatas do sector imobiliário, como Trump), o Secretário de Estado Rubio, o ex-primeiro-ministro britânico Blair, o multimilionário Marc Rowan (dos EUA) e o presidente do Banco Mundial.

Debaixo do seu comando fica um “comité tecnocrático palestiniano”, que recicla algumas figuras com provas dadas ao serviço do imperialismo americano dentro da Autoridade Palestiniana. Um dos seus ex-vice-ministros, Ali Shaath, presidirá a este verdadeiro “conselho de administradores autóctones”, digno da era colonial.

Por fim, um “conselho executivo” cuja fun-

ção é contribuir para “apoiar uma governação eficaz”, reunirá, além de Witkoff, Kushner e Blair, representantes de certos Estados que são importantes para impor a tutela imperialista: o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, um alto diplomata do Qatar, o chefe dos serviços secretos egípcios, um ministro dos Emirados Árabes Unidos e o multimilionário israelita Yakir Gabay.

Trump não fica por aqui. Propõe associar chefes de Estado. Macron e o chanceler alemão alegam ter declinado, o presidente argentino, o semifascista Milei, aceitou com entusiasmo, não se conhecendo ainda as respostas de Putin (Rússia), Erdogan (Turquia), do Marechal Sissi (Egipto) e de Edi Rama, chefe do Estado narcorafioso albanês... A jóia de entrada foi fixada, para os felizes eleitos, em “mil milhões de dólares em espécie”!

A todos aqueles que, à “esquerda”, insistem em afirmar que a ONU pode ser uma alternativa à brutalidade de Trump, lembremos que a mesma ONU vergonhosamente validou, em Novembro de 2025, este plano de submissão de Gaza a tutela colonial (resolução nº 2803). Para Trump, porém, um “Conselho de Paz” composto por multimilionários, mafiosos e assassinos pode convir melhor às suas necessidades. Declarar, por conseguinte, “esperar que este órgão sobreviva a esta missão específica e resolva outros conflitos noutras partes do mundo” (*Le Figaro*, 18 Jan).

O que o “Caso Epstein” Põe a Nu

Forçado por uma votação no Congresso americano, o Departamento da Justiça dos EUA abriu ao acesso público três milhões de elementos de correspondência, fotos e vídeos do processo Epstein.

Jeffrey Epstein é o homem de negócios americano condenado, em 2008, a 18 meses de prisão por “solicitação de prostituição e aliciamento de menores para a prostituição”. Cumpriu 13 meses dessa pena. Foi de novo detido em 2019 por “tráfico sexual de menores”. Morreu na prisão, “suicidado”, em 2019.

Epstein foi um criminoso sexual que, com toda a probabilidade, fez centenas de vítimas, principalmente raparigas muito jovens — mas foi mais do que isso. Durante 25 anos, frequentou as grandes sumidades do mundo. Organizava-lhes orgias nas suas luxuosas propriedades e ligava-se-lhes por esquemas financeiros.

Entre os envolvidos: Trump e o seu antecessor democrata, Clinton; multimilionários como Bill Gates, Elon Musk e Robert Maxwell (ex-sogro de Epstein); o “príncipe” André da Grã-Bretanha; o ex-primeiro-ministro israelita Ehud Barak; membros da família real saudita; a “princesa” herdeira da Noruega; Steve Bannon (ideólogo da extrema-direita americana); o ex-ministro francês Jack Lang; o chefe de gabinete do primeiro-ministro britânico Starmer... e falta o espaço para enumerá-los a todos. Sem falar dos laços estreitos de Epstein com os serviços de informação americanos, russos e israelitas...

A grande imprensa chama a tudo isto “o caso Epstein”. Porém, quando quem está envolvido são capitalistas de primeira linha, dois presidentes da principal potência imperialista e altos dirigentes, a rubrica jornalística certa já não é a “crónica social”.

O que o “caso Epstein” põe a nu é o grau de degenerescência e corrupção (material e moral) atingido



pela classe capitalista que nos governa.

Os cúmplices de Epstein são exactamente a mesma gente que anda por aí a dar lições de moral e de “democracia” ao mundo inteiro. São os que decidem planos de despedimento e orçamentos de austeridade. Os que oferecem em holocausto centenas de milhares de mulheres, homens e crianças nas suas miseráveis guerras.

Não é que tudo isto seja especialmente novo. A Igreja Católica prestou durante séculos este género de serviços aos poderosos do mundo, servindo-se dos seus conventos e orfanatos.

Nos anos de decadência da ditadura salazar-marcelista, estalou o escândalo dos “ballets roses”, um esquema de tráfico e exploração sexual de menores que envolveu, em Portugal, os maiores capitalistas e especuladores e dignitários do regime.

E esse é o ponto. Não sendo nada disto novo, quando o grau de decadência da burguesia, reflexo da agonia sem fim do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, se combina com a putrefacção do seu sistema político de dominação, os escândalos vêm a lume. É um sinal dos tempos: em cima, tudo apodrece, até o sistema de encobrimento.

Só os trabalhadores organizados poderão varrer esta podridão, varrendo esta classe exploradora degenerada e o seu sistema.

estados unidos

O dia em que a classe trabalhadora obrigou Trump a recuar



Este é um verdadeiro recuo imposto a Trump, o primeiro num ano.

O anúncio da retirada de 3.000 agentes federais de imigração (ICE) do Minnesota, que vinham aterrorizando a população, foi conquistado após semanas de mobilização dos trabalhadores, do público em geral e dos jovens, com os sindicatos a desempenharem um papel decisivo. E agora?

ICE: três letras que hoje semeiam o terror pelos Estados Unidos fora. ICE é a sigla do Serviço de Imigração e das Alfândegas (Immigration and Customs Enforcement), dependente do Ministério de Segurança Interna dos EUA (DHS). Trump, que fez da caça aos imigrantes uma prioridade da sua presidência, tem organizado o destacamento de patrulhas do ICE para várias cidades americanas. Aumentou, ainda, o orçamento do serviço de 10 para 85 mil milhões de dólares — para comparação, o orçamento do FBI é de 35 mil milhões de dólares — e duplicou-lhe o efectivo de pessoal. Num ano, o ICE capturou na rua, em casa ou no trabalho nada menos de 328 mil imigrantes indocumentados. 327 mil foram deportados. Trinta morreram em detenção.

Na cidade de Minneapolis (do estado de Minnesota), o destacamento de 3000 agentes do ICE criou um clima de terror. Para os habitantes da cidade, a presença do ICE equivale a uma verdadeira “ocupação”. A violência subiu de patamar em Janeiro, quando os agentes do ICE assassinaram habitantes em plena rua. Estas execuções foram justificadas pela administração Trump em nome da “legítima defesa” contra o “terrorismo”. Por todo o país, crescem de intensidade a raiva e a indignação, manifestações exigem a retirada do ICE e o fim das rusgas.

Na sexta-feira, 12 de Fevereiro, Tom Homan, diretor do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE), anunciou a retirada de mais de 3.000 agentes do ICE do estado do Minnesota: “A missão foi cumprida e mais de 4.000 imigrantes indocumentados foram detidos”. Mas a verdadeira razão da retirada do ICE são os 100.000 trabalhadores e jovens de Minneapolis que saíram à rua no dia 23 de Janeiro para exigir a retirada das tropas do ICE. São as centenas de milhares de pessoas que, nos dias 30 e 31 de Janeiro — desta vez em todo o país —, protestaram contra Trump e o ICE. O governo americano sabia perfeitamente que esta mobilização em massa estava longe de ser espontânea. Durante vários meses, inúmeros sindicatos acolheram a parte migrante da classe trabalhadora e organizaram resistência à intervenção do ICE. Com o apoio dos sindicatos, os residentes organizaram grupos de vigilância comunitária para alertar para a chegada das patrulhas do ICE e das redes de apoio às famílias imigrantes obrigadas a permanecer escondidas nas suas casas...

“A aplicação das leis da imigração está a ser utilizada como uma ferramenta para intimidar todos os trabalhadores”

Foram também os sindicatos, juntamente com outros, que convocaram a manifestação de 23 de Janeiro e enfrentaram a onda de repressão. Foi no seio destas organizações que surgiu a necessidade de preparar uma greve geral para obrigar o governo a recuar. Perante o poder da sua própria classe trabalhadora, pela primeira vez na sua presidência, Trump foi obrigado a recuar.

“A luta contra o ICE é um assunto do movimento sindical; esta é uma questão dos trabalhadores”, escreveu Shonna Roberts, presidente da filial de Vancouver, Washington, do sindicato dos estivadores ILWU, no site *Labor Notes** a 10 de Fevereiro. Ela explicou: “A aplicação das leis

da imigração está a ser utilizada como uma ferramenta para intimidar todos os trabalhadores. Quando os trabalhadores são aterrorizados pelas detenções e deportações dos seus colegas, este medo é explorado para reduzir os salários e enfraquecer a sua capacidade de organização (...). A luta contra o ICE é precisamente onde o poder moral e estratégico dos sindicatos deve entrar em acção. A acção em Minneapolis, a 23 de Janeiro, onde centenas de empresas fecharam e milhares de trabalhadores se juntaram a uma mobilização popular massiva para exigir a retirada do ICE, demonstra o tipo de influência colectiva que os trabalhadores podem utilizar agora (...). Isto recorda-nos que ou as instituições da classe trabalhadora defendem a democracia na prática, ou o autoritarismo preencherá o vácuo.”

Foi nesse momento que a classe trabalhadora obrigou Trump a recuar; ocorreram greves maciças entre professores em São Francisco, estudantes de doutoramento em Los Angeles e enfermeiros em Nova Iorque. Nos Estados Unidos, como em todo o lado, a classe trabalhadora ainda não disse a palavra final.

*Boletim político alimentado por correspondência de ativistas sindicais.

Venezuela, Cuba, Irão, China: Trump à Procura de Resultados

Aperta-se o garrote à volta de Cuba, que Trump priva do petróleo venezuelano. Ao agravar o embargo imposto desde 1962 — quando a Revolução Cubana expropriou as multinacionais norte-americanas — Trump quer asfixiar Cuba e obrigar os seus dirigentes à rendição.

Anima-o o que conseguiu da presidência interina da Venezuela, que abriu o sector petrolífero às multinacionais norte-americanas. Além de que o desmantelamento dos últimos bastiões das conquistas revolucionárias em Cuba enviaria um sinal a todos os povos da América Latina e do mundo: nada pode resistir ao tacão de ferro da Wall Street.

Trump actua de forma idêntica com o Irão. O regime dos *ayatollah* tem mostrado a sua fraqueza, incapaz de responder às reivindicações legítimas das massas a não ser com a repressão mais selvagem.

“Assessorado” pelo genocida Netanyahu, Trump reconheceu a oportunidade de colocar o Irão sob uma chuva de ferro e fogo.

Venezuela, Cuba, Irão... Um a um, os países que mantêm relações com a China são chamados a capitular sem condições. Trump está a preparar a próxima visita do Presidente Xi Jinping a Washington. A bom entendedor: “Fui eu que impus direitos aduaneiros à China” e, assim, “recuperei centenas de milhares de milhões de dólares”.

Destabilizado pelo escândalo Epstein e contestado nas ruas dos Estados Unidos, Trump precisa de resultados para manter a confiança da burguesia norte-americana.

palestina

O Plano para Gaza do “Conselho de Paz” de Trump

Washington, 19 de Fevereiro: Trump, acompanhado pelo seu genro, o magnata imobiliário Jared Kushner, convoca o seu “Conselho de Paz” e revela o seu plano para Gaza. Como o indica o mapa divulgado publicamente, o destino reservado à “*nova Faixa de Gaza*” é ser destino turístico de luxo. Hotéis à beira-mar, praias privadas, residências sofisticadas... a famosa “Riviera”, idealizada em Fevereiro de 2025. Mas que lugar para os dois milhões de palestinianos sobreviventes do genocídio que vivem nas ruínas de Gaza? Nenhum: desapareceram tanto do mapa como do plano de Trump! Talvez alguns confinados a “reservas indígenas” inspiradas nas destinadas às populações indígenas da América do Norte após o seu extermínio na conquista do Oeste?

O que, sim, está previsto é a construção de uma base militar americana. Segundo planos vistos pelo jornal britânico *The Guardian* (19 de Fevereiro), a base ficará “*cercada por 26 torres de vigia blindadas móveis, com campo de tiro, bunkers e um depósito para equipamento militar operacional. Toda a base ficará cercada por arame farpado*”. Este plano foi divulgado com a



O Mapa de Gaza Apresentado por Trump

cumplicidade dos presentes, chefes de Estado (ou seus representantes) membros do “conselho”: para além de Israel, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Egipto, o Qatar, a Turquia, a Argentina, a Hungria, a Índia, o Paquistão, o Azerbaijão e vários outros, incluindo os chefes “comunistas” do Vietname!

E se dúvidas restassem quanto ao desejo de apagar o povo palestiniano do mapa, o embaixador dos EUA em Telavive, Mike Huckabee, declarou no dia seguinte que o Estado de Israel tem “direitos” sobre a terra situada “entre o Nilo e o Eufrates”. Ou seja, em consonância com o antigo projecto de “Grande Israel”, territórios pertencentes ao Egipto, à Jordânia, à Arábia Saudita, à Síria e ao Iraque... “*Seria ótimo*

eles (os israelitas) tomarem tudo”, acrescentou o embaixador, um pastor protestante fanático nomeado por Trump em 2025. Trump não pretende ficar por aqui. Descrevendo o seu “Conselho da Paz” como “*o mais prestigiado alguma vez reunido*”, sugeriu que o dito conselho poderá rapidamente elevar-se “*acima das Nações Unidas*”. Nações Unidas, que, em Novembro de 2025, aprovaram servilmente o plano de Trump para Gaza. O imperialismo quer esmagar sob o seu tacão de ferro neocolonial todos os povos do Médio Oriente.

Como malograr tal estratégia? Uma pergunta a todos aqueles que defendem o direito dos povos à autodeterminação, inimigos do colonialismo.

Cisjordânia:

“A limpeza étnica mais documentada da história” (Haaretz)

O pânico apoderou-se do Reino Hachemita da Jordânia. Este Estado, criado de raiz em 1946, historicamente ligado ao imperialismo americano e em longa cooperação em matéria de “segurança” com Israel, está à beira do colapso.

A causa? A decisão do governo de Netanyahu de legalizar a anexação em curso da Cisjordânia... e a potencial expulsão de alguns dos seus três milhões de habitantes palestinianos. Sobre este assunto, o Ministro das Finanças e dos Assentamentos do Estado de Israel, Bezalel Smotrich, declarou ser tempo de “*incentivar a emigração dos palestinianos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza*”.

Citando fontes oficiais jordanas, o canal qatari Al Jazeera escreve: “*Para a Jordânia, esta anexação burocrática assinala o fim do status quo (...). As autoridades políticas e militares jordanas já não duvidam da iminência de uma transferência forçada (da população palestiniana – nota do editor), não sabem e como evitá-la. A transferência já não é uma ameaça; está a passar a realidade, referiu Mamdouh al-Abbadi, antigo vice-primeiro-ministro jordaniano, à Al Jazeera. (...) Em Amã, o receio não é tanto de uma invasão militar, mas sim de uma ‘transferência pacífica’, destinada a tornar a vida (para os palestinianos) na Cisjordânia impossível, a fim de provocar o seu êxodo gradual para a Jordânia.*” Aqueles que apoiam a expulsão dos palestinianos da Palestina há muito afirmam que a sua “pátria alternativa” poderia ser a Jordânia, onde 60% da população já é constituída por refugiados palestinianos e seus descendentes. Nunca o plano de “transferir” palestinianos da Cisjordânia foi tão abertamente preparado pelas autoridades israelitas, merecendo a — justa — denúncia dum jornalista do jornal israelita Haaretz como “*a mais documentada limpeza étnica da história*”.

Israel: “Razões do Declínio”

Revista da imprensa israelita

O *Jerusalem Post* (15 de Fevereiro) manifesta preocupação: “*A Comissão do Knesset para a Imigração, Integração e Assuntos da Diáspora indicou que o número de imigrantes da antiga União Soviética em 2025 foi o mais baixo desde 2020. (...) Não são meras estatísticas, são sinais de alerta. (...) É imperativo examinar as razões deste declínio.*” Ora, a explicação é simples: os judeus da antiga União Soviética preferem suportar as consequências da guerra na Ucrânia e do regime autoritário de Putin à emigração para Israel. A queda na imigração ocorre quando “*mais de 69.000 israelitas deixaram Israel em 2025*”, representando “*uma migração líquida negativa pelo segundo ano consecutivo*” (*Times of Israel*, 31 de Dezembro de 2025). A migração líquida negativa é um problema especialmente porque “*o exército está a chegar ao limite com a mais longa guerra da história de Israel, que está a esgotar os seus recursos e a impor um pesado fardo aos reservistas*”, alerta o *Times of Israel* (23 de Fevereiro). Além disso, escreve o jornal, “*um estudo revela que, em 2050, quase um em cada quatro israelitas será ultra-ortodoxo*”. Os ortodoxos (*Haredim*) são precisamente aqueles que, na sua grande maioria, se recusam a permitir que Netanyahu lhes imponha o serviço militar, do qual estão isentos. O confronto tem passado por enfrentamentos físicos com o exército e a polícia israelitas, recorda o jornal, citando os “*horríveis tumultos*” que eclodiram a 15 de Fevereiro nos subúrbios a norte de Telavive, quando “*uma multidão de homens Haredi perseguiu dois soldados, que tiveram de ser resgatadas pela polícia, e virou um carro da polícia e uma moto, que depois incendiou*”. “*Israel está à beira de uma guerra civil*”, declarou Mickey Gitzin, representante da ONG *New Israel Fund*, nas páginas do Haaretz (9 de Janeiro).

guerra na ucrânia

(correspondência)

Quatro anos de massacre imperialista

A cidade de Mariupol (Ucrânia) destruída no verão de 2022

Militantes russos escrevem ao jornal francês "La Tribune des travailleurs" no dia do quarto aniversário da guerra

Começou há quatro anos a "Operação Militar Especial" (SVO): a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Para o Governo russo, era para ser uma "pequena guerrita vitoriosa", uma "blitzkrieg" que em pouco tempo daria "resultados excepcionais".

Entramos no quinto ano de lei marcial. Não obstante, os dirigentes russos continuam a afirmar que a guerra é uma bênção, que puxa a economia para êxitos sem precedentes. Será verdade? Tentemos perceber.

A SVO: para os trabalhadores, morte; para os oligarcas, lucros

Olhemos para os números. Primeiro número: 1.461 dias. O tempo que a guerra já dura. Para comparação: a Grande Guerra Patriótica (1941-1945), a mais terrível para o nosso povo, durou 1.418 dias. Sobrevivemos; mas, nessa altura, o povo sabia que estava a defender as conquistas do sistema socialista contra os invasores fascistas. Hoje, em nome de que interesses são os soldados mandados para a frente de batalha?

Outro número: 1,2 milhões de pessoas. Segundo o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) dos Estados Unidos, é o número de baixas russas até ao final de 2025 (mortos, feridos e desaparecidos). As baixas combinadas de ambos os lados aproximam-se de 2 milhões. Mais do que em qualquer outra guerra, desde a Segunda Guerra Mundial. Por trás de cada número há um trabalhador, um irmão nosso enviado para o matadouro pelos dois lados.

Quem lucra com esta carnificina? Terceiro número: 146. O número de milionários com mais de mil milhões de dólares que a Rússia tinha em 2025. Número que, durante a guerra, subiu de 125 para 146. A sua riqueza combinada atingiu o valor recorde de 625.500 milhões de dólares.

Quarto número: 90%. Menos de 1% da população russa é detentora de mais de 90% dos depósitos bancários.

Não contente em lucrar com a guerra, o capital concentra-se mais do que nunca nas mãos de um punhado de oligarcas. Quanto ao comércio da Rússia com a Europa: não parou. O petróleo e o gás fluem, desde que sejam pagos. Não é um "choque de civilizações", como afirma a televisão. É uma guerra imperialista clássica, por mercados e por lucros.

O Estado está a construir um campo de concentração digital

Para silenciar a população enquanto a espolia e sacrifica, o governo cria um sistema de controlo total sobre a internet.

Segundo o site OVD-Info, de 24 de Fevereiro de 2022 a 17 de Fevereiro de 2025, 20.081 pessoas foram detidas por manifestarem a sua oposição ao conflito. Censura total e inaceitável.

A saúde? O Estado capitalista advoga a "optimização" dos serviços públicos. Em vez de nos tratar, o Estado aconselha-nos a "praticar desporto em vez de ir ao médico". Não é uma piada, é a realidade nua e crua. As consequências desta "optimização" são dramáticas: a prevalência do sarampo aumentou onze vezes, a da rubéola seis vezes, a da tosse convulsa 4,5 vezes e a da papeira 3,5 vezes.

Metade dos doentes afectados por doenças raras foram obrigados a interromper o tratamento em 2024 por falta de subsídios estatais para medicamentos. Em Kaliningrado, tenta-se privatizar os serviços de emergência: as chamadas vão passar a ser cobradas. Diz-se com todas as letras à classe trabalhadora: não precisamos de vocês, vão-se lixar. Um trabalhador que se atreva a protestar fica sujeito à lei que pune "ofensas à reputação do exército". Criticar a carestia ou exigir salários dignos é considerado "ofensa à reputação do exército", com o conseqüente cortejo de processos judiciais, penas de prisão e revistas.

continua na página seguinte

Quatro anos de votações a favor da guerra no Parlamento Europeu

Abaixo o social-chauvinismo!

Quatro anos de guerra, dois milhões de ucranianos e russos mortos e feridos. Centenas de milhares de milhões de rublos, dólares e euros enfiados em orçamentos militares cada vez mais inchados pelos oligarcas russos, pela NATO, pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Lucros recorde para a indústria do armamento. Um acordo para saquear o sub-solo da Ucrânia em proveito dos Estados Unidos. Tudo isto "graças" ao sacrifício de centenas de milhares de jovens e trabalhadores enviados para o matadouro por Putin e Zelensky.

É este o balanço da guerra "deles". Uma guerra imperialista de parte a parte, como desde 2022 temos denunciado. "*O capitalismo carrega a guerra como a nuvem carrega a tempestade*" (Jean Jaurès) "*Nem Putin, nem NATO, nem Biden! Retirada das tropas russas da Ucrânia! Dissolução da NATO!*" dissemos então.

Porém, nos últimos quatro anos, à "esquerda" domina aquilo a que Lenin, em 1914, chamou o "social-chauvinismo". "Socialistas" em palavras, chauvinistas nos actos, apoiando as políticas dos seus próprios governos fautores de guerra. Nos últimos quatro anos, no Parlamento Europeu, os eurodeputados "socialistas" e da "esquerda" europeia (incluindo quase sempre o Bloco de Esquerda) têm votado a favor da guerra e do armamento da Ucrânia.

Quatro anos depois acabam de votar a favor de um empréstimo de 90 mil milhões de euros ao governo de Zelensky, dos quais 60 mil milhões serão absorvidos pelo orçamento de guerra. Explicando o seu voto, Manon Aubry da LFI (França) declarou: "*O princípio da preferência europeia (...) permitir-nos-á priorizar a solicitação de equipamento militar a empresas europeias. (...) Votei, por isso, a favor desta proposta de cooperação reforçada*" (página do Parlamento Europeu, 21 de janeiro de 2026).

Defender os lucros das "suas" empresas de armamento, os interesses do "seu" governo imperialista, enquanto fazem discursos pela paz... tal é a face do social-chauvinismo!

Pela nossa parte, continuaremos a abrir as nossas colunas aos militantes operários, aos desertores ucranianos e russos, porque, tal como eles, nós sabemos que o principal inimigo dos trabalhadores é o seu próprio governo.



Irão

Uma força fundamental: o movimento operário iraniano

Ninguém sabe, para já, para onde vai o Irão.

Manifestações contra a carestia transformaram-se em manifestações de massa contra o regime, um regime teocrático, que há 47 anos oprime mulheres, trabalhadores e minorias nacionais. E que responde com repressão sangrenta, como há três anos fizera contra os protestos “Mulheres, Vida, Liberdade”.

O imperialismo americano e a sua sucursal israelita ameaçam prosseguir a sua agressão... a não ser que o regime se disponha a um “acordo”. Tal como na Venezuela e na Ucrânia, Trump precisa de impor o tacão de ferro dos interesses do capital financeiro americano, seja por que meios for. Precisa de acesso ao petróleo iraniano e à localização estratégica do Irão na rota da China, com ou sem acordo do regime dos mulás. Tem dúvidas se há-de puxar do seu fantoche, Reza Pahlavi, o filho do Xá do Irão (deposto pela revolução de 1979), que se autoproclama “representante dos manifestantes”.

“Nem xá nem mullahs”, ouve-se às vezes à “esquerda”. Só que tal fórmula não capta o essencial.

O essencial é que, contra Trump, o seu fantoche Pahlavi e os mulás, que buscam um acordo de capitulação com Washington, há uma força fundamental, o movimento operário.

Os conselhos operários de Arak, a luta dos trabalhadores do petróleo e a luta pelos direitos dos presos de consciência, entre outras, mostram como, face ao imperialismo e ao regime opressor, só a classe trabalhadora organizada é capaz de encabeçar o movimento que há-de trazer o pão, a paz e a liberdade.



Venezuela

O petróleo venezuelano pertence ao povo da Venezuela

A aprovação da nova lei dos hidrocarbonetos pela Assembleia Nacional, a 22 de Janeiro, por proposta do governo interino de Delcy Rodríguez, marca uma viragem histórica reaccionária na política energética da República Bolivariana da Venezuela. Lembre-se que Delcy Rodríguez substituiu o presidente Nicolás Maduro, raptado por forças especiais do exército americano no dia 3 de Janeiro.

Esta lei não é um mero “acerto técnico”, como afirmam o governo e a burocracia do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), alegando que a lei visa simplesmente “apresentar legislação adaptada às novas realidades da indústria petrolífera”, permitindo “maximizar e diversificar a produção”.

Assiste-se, sim, a um desmantelamento estratégico da soberania petrolífera, principal conquista do processo revolucionário na Venezuela, que o chavismo propugnou durante décadas.

A nova lei foi aprovada num contexto de ameaça de ocupação militar e de pressão imperialista por parte da administração Trump após o rapto do Presidente Nicolás Maduro e da sua mulher pelas forças armadas dos EUA, acto flagrante de violação da soberania nacional: um estado de excepção imposto pelo imperialismo com a declarada intenção de remodelar o sistema energético da Venezuela em benefício dos interesses do capital norte-americano.

A riqueza petrolífera deve servir para satisfazer as necessidades do povo venezuelano, não para dar lucros às multinacionais.

A luta pela soberania exige a organização independente da classe operária e a mobilização internacional contra o imperialismo norte-americano.

guerra na ucrânia

(continuação da página anterior)

Duas Rússias Frente a Frente

A guerra pôs duas Rússias uma contra a outra. A primeira — menos de 1% da população — tudo possui. A outra, que trabalha e combate na linha da frente, endividada e pobre. Quinto número: 50 milhões. É o número de russos fortemente endividados, 40% da população solvente.

A propaganda oficial alardeia que “a taxa de desemprego está historicamente baixa”. Enquanto isso, os trabalhadores das fábricas de armamento matam-se a trabalhar, em três turnos, e vêem os salários comidos pela inflação. Mais: quando acabar a economia de guerra, estes trabalhadores vão parar à rua; esperam-se despedimentos em massa.

A campanha anti-imigração lançada nos últimos anos prejudica igualmente os interesses dos trabalhadores. O governo, que se atreve a intitular-se “antifascista”, organiza rusgas policiais de mãos dadas com grupos de extrema-direita como a Russkaia Obchchina

(Comunidade Russa) e a Severny Chelovek (Homem do Norte). Em algumas regiões, os imigrantes estão proibidos de trabalhar ou de receber tratamento médico, e os filhos, impedidos de frequentar a escola. Países da Ásia Central, como o Quirguistão, têm protestado. Os sentimentos nacionalistas estão a ganhar terreno, minando a solidariedade internacional do proletariado.

Negociações: A Ilusão da Paz

Há um ano, nós, comunistas, avisámos que as negociações não passam de uma forma alternativa da competição imperialista. Assim acontece. Com Trump, os Estados Unidos mudaram de discurso, não por que desejem a paz, mas para atrair a Rússia para o seu lado e desviá-la da China. Apesar das fanfarronadas do Secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Sergei Shoigu, as armas russas vendem-se cada vez menos.

Que Lições para a Classe Trabalhadora?

Lenin demonstrou que os trabalhadores só

conseguem dos seus exploradores condições melhores se as conquistarem pela sua própria luta. A greve na fábrica Morozov, em 1885, obrigara os patrões a fazerem concessões graças à acção colectiva e consciente dos trabalhadores.

A lição mantém a sua relevância. Enquanto permitirmos que os capitalistas nos dividam por nacionalidade, enquanto confiarmos na televisão e enquanto temermos ser processados por “ofensa à reputação do exército”, eles continuarão a enviar-nos para o matadouro para exclusivo lucro dos oligarcas.

Os números apresentados revelam a verdadeira face da guerra imperialista. Só a união pelos nossos interesses de classe e contra o nosso inimigo comum — o capital e o Estado — lhe poderá pôr termo.

Abaixo a guerra imperialista! Viva a luta consciente da classe trabalhadora! Pela revolução socialista!

Algues na Rússia, 20 de Fevereiro de 2026

internacional

FIM À AGRESSÃO IMPERIALISTA AMERICANO-ISRAELITA CONTRA O IRÃO!

Posição da
**plataforma por um
Partido dos Trabalhadores**
face à agressão imperialista contra o Irão



A agressão contra o Irão iniciada neste dia 28 de Fevereiro carrega nos ombros de **Trump e Netanyahu a pesada responsabilidade de pôr a humanidade à beira de uma guerra generalizada de incalculáveis consequências.**

Algum trabalhador ou jovem pode dar o mínimo crédito aos dois criminosos e à sua grotesca pretensão de intervirem «para devolver o poder ao povo iraniano»?

Rejeitar a agressão imperialista contra o Irão não quer dizer apoiar o sanguinário regime dos mulás. É bem legítima a revolta dos trabalhadores, das mulheres e da juventude do Irão que querem acabar com este regime. O sindicato dos trabalhadores da companhia de autocarros de Teerão declarou recentemente o que pensa todo o trabalhador consciente: **«A verdadeira libertação do povo do Irão só é possível pela acção colectiva e a participação consciente e organizada da classe trabalhadora e das camadas oprimidas, não por uma intervenção militar dos Estados Unidos e de Israel.»**

A agressão americano-israelita contra o Irão é o **tacão de ferro dos interesses da classe capitalista dos Estados Unidos** a abater-se sobre o Médio Oriente. Tal como o genocídio em Gaza e o «Conselho da Paz» de Trump, o plano americano de pilhagem da Ucrânia e as negociações com Putin, as ameaças de anexação da Gronelândia, a agressão à Venezuela, o bloqueio petrolífero de Cuba, os acordos de Washington sobre a República Democrática do Congo ou as ameaças contra a China, ela faz parte de uma e da mesma guerra imperialista, **que nasce da putrefacção do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.**

O Estado de Israel reduz-se à vista de todos ao que, no fundo, é: o braço armado do imperialismo americano. Uma semana antes da agressão, o embaixador americano em Tel Aviv afirmou que Israel «tinha direitos» em todos os territórios situados entre o Nilo e o Eufrates: o gato com o rabo de fora de um vasto plano neocolonial para pôr o Médio Oriente sob a administração directa de Trump, com o Estado genocida a fazer de guarda pretoriana.

O servil e ignóbil governo português, que permitiu que o exército americano usasse a seu bel-prazer a base das Lajes para lançar a guerra, é cúmplice directo da agressão. A mobilização da imprensa para despejar uma campanha vil e servil de justificação do injustificável mostra que o governo português entrou silenciosa, mas consciente-

mente, na guerra, sem a declarar nem dar cavaco ao povo.

A Plataforma por um Partido dos Trabalhadores (PPT) está incondicionalmente ao lado dos povos e dos trabalhadores do Irão contra a agressão americano-israelita.

Como dizem as organizações operárias do Irão, a libertação dos trabalhadores do Irão será obra dos próprios trabalhadores, não de uma intervenção imperialista estrangeira.

Ao movimento operário mundial cabe unir-se numa frente de condenação da agressão, para barrar a marcha para a guerra mundial para a qual Trump e Netanyahu querem arrastar a humanidade. **A PPT está com as organizações operárias e negras e alianças anti-guerra nos Estados Unidos que condenaram a intervenção.** A classe trabalhadora americana e a juventude, que se têm mobilizado contra o genocídio em Gaza e contra o terror da ICE (a polícia federal da imigração), e que – socorrendo-se das suas organizações sindicais – acabam de infligir uma derrota a Trump em Minneapolis, saberão manifestar a rejeição da guerra pelo povo dos Estados Unidos. Abrem-se, também, as primeiras fissuras na cúpula da classe capitalista: o editorial do New York Times interpela o presidente: “Trump, porque começou esta guerra?”

A Plataforma por um Partido dos Trabalhadores, que luta contra a guerra e a exploração e pela Internacional Operária, apela à mais ampla unidade das organizações operárias e democráticas:

**Fim à agressão imperialista
americano-israelita contra o Irão!**

**Cabe ao povo do Irão, e só a ele,
determinar o seu próprio futuro!**

**Não deixaremos Trump e Netanyahu arrastar
a humanidade para uma guerra generalizada!**

Exército americano fora das Lajes, já!

**Confiscação dos milhares de milhões dos orçamentos
militares para benefício dos trabalhadores!**

28 de Fevereiro de 2020

BOLETIM O Trabalho

Publicado pela “plataforma por um Partido dos Trabalhadores”
Página web: <http://ainternacional.pt>
Responsável: José Júlio Santana Henriques
e-mail: jose.santanah@gmail.com